

ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição, sob demanda, de **Colchão Hospitalar, Capa de Colchão Hospitalar e Colchonetes para Maca, para atender a demanda do Hospital Municipal Raul Sertã e Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro, pelo período de 12 (doze) meses**, conforme condições, especificações, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas nos Documentos de Formalização de Demanda (DFD), bem como nas demais cláusulas deste instrumento;

1.2. Requisitante: Hospital Municipal Raul Sertã e Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro;

1.3. Fundamentação Legal: Pregão Eletrônico, via registro de preço, fundamentado legalmente pelo Decreto Federal 10.024/2019, Decreto Municipal 599/2020, lei Federal nº 10.520/2002 e Lei 8.666/93;

1.4. Tipo: Menor preço unitário nos termos da Lei nº. 8.666/93;

1.5. Prazo: 12 (doze) meses a contar da publicação do extrato da Ata de Registro de Preços;

2. DO QUANTITATIVO

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	U/C	QTDE
<u>COTA EXCLUSIVA</u>				
1	466655	Capa de colchão hospitalar de solteiro, medindo 1,90cm de comprimento X 0,80cm de largura X 15cm de altura, de napa azul impermeável, com zíper e a prova d'água.	Unid.	212
2	601396	Colchonete para maca hospitalar, com espuma flexível de poliuretano, revestido de napa azul impermeável, com sistema de respiro (ilhoses) para ventilação, tamanho 1,90cm de comprimento X 0,55cm de largura X 0,5cm de altura, densidade 28.	Unid.	33

<u>COTA PRINCIPAL</u>				
3	375134	Colchão para cama hospitalar, confeccionado com espuma flex de poliuretano, densidade 33, 1,80cm de comprimento X 0,80cm de largura e 0,14cm de espessura aproximadamente. O colchão deve ser revestido com napa protetora em courvim azul, com ilhoses de plástico distribuídos nas laterais para permitir a ventilação. Costuras internas sem viés ou debruns nas laterais.	Unid.	223
<u>COTA RESERVADA</u>				
4	375134	Colchão para cama hospitalar, confeccionado com espuma flex de poliuretano, densidade 33, 1,80cm de comprimento X 0,80cm de largura e 0,14cm de espessura aproximadamente. O colchão deve ser revestido com napa protetora em courvim azul, com ilhoses de plástico distribuídos nas laterais para permitir a ventilação. Costuras internas sem viés ou debruns nas laterais.	Unid.	75

2.1. A tabela a seguir descreve detalhadamente o objeto deste Termo de Referência:

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UNID	HMRS	HMNF	TOTAL
1	466655	Capa de colchão hospitalar de solteiro, medindo 1,90cm de comprimento X 0,80cm de largura X 15cm de altura, de napa azul impermeável, com zíper e a prova d'água.	Unid.	172	40	212
2	375134	Colchão para cama hospitalar, confeccionado com espuma flex de poliuretano, densidade 33, 1,80cm de comprimento X 0,80cm de largura e 0,14cm de espessura aproximadamente. O colchão deve ser revestido com napa protetora em courvim azul, com ilhoses de plástico distribuídos nas laterais para permitir a ventilação. Costuras internas sem viés ou debruns nas laterais.	Unid.	250	48	298

3	601396	Colchonete para maca hospitalar, com espuma flexível de poliuretano, revestido de napa azul impermeável, com sistema de respiro (ilhoses) para ventilação, tamanho 1,90cm de comprimento X 0,55cm de largura X 0,5cm de altura, densidade 28.	Unid.	31	2	33
---	--------	---	-------	----	---	-----------

3. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

3.1. A Secretaria Municipal de Saúde de Nova Friburgo realiza anualmente licitações para abastecimento das Unidades de Saúde que compõem sua estrutura com a devida previsão dos itens nelas utilizados;

3.2. A presente aquisição visa suprir a demanda das unidades hospitalares pelo período de 12 (doze) meses;

3.3. Trata-se de um material indispensável e essencial à rotina das unidades de saúde. Os Colchões hospitalares, as Capas de Colchões hospitalares e os Colchonetes, objeto do presente, visa atribuir maior conforto e segurança aos pacientes internados nas unidades;

3.4. Para o Hospital Municipal Raul Sertão, o material solicitado são de uso indispensáveis, devendo ser de boa qualidade, visando o conforto dos pacientes. Faz-se necessária atender imediatamente a troca de colchões já deteriorados pelo uso, pela frequente higienização pesada ou por contaminação nos 240 leitos, na unidade hospitalar. O quantitativo de capas de colchões visa atender a necessidade de proteger por mais tempo os colchões existentes da unidade, e o quantitativo dos colchões e colchonetes visa atender a necessidade de troca dos já existentes que estão deteriorados pelo uso e/ou contaminados nas diversas macas da unidade, conforme planilha de consumo com uma margem de segurança de aproximadamente 30% de segurança, acostada à fl. 05.

3.5. Para o Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro, o material solicitado são de uso indispensáveis, devendo ser de boa qualidade, visando o conforto dos pacientes. Faz-se necessária atender imediatamente a troca de capas e colchões, considerando que o hospital possui 52 leitos, devido ao desgaste natural. O quantitativo de capas de colchões e colchões teve como base o histórico de consumo acrescido uma margem de segurança de aproximadamente 35%, conforme planilha acostada à fl. 08. Para o quantitativo de colchonetes, essa será a primeira compra da unidade, pois os existentes foram os que chegaram já com as respectivas macas, havendo a necessidade de trocas das 2 (duas) macas da unidade;

3.6. Ressalta-se que as especificações técnicas bem como o quantitativo do objeto solicitado foram indicados pelas equipes técnicas das unidades hospitalares, a qual se responsabilizam por todas as informações lançadas nos documentos requisitórios.

4. DO LOCAL DE ENTREGA

4.1. A Contratada deverá proceder com a entrega do objeto, de acordo com a solicitação das unidades requisitantes, no endereço e horários arrolados abaixo:

4.1.1. ALMOXARIFADO CENTRAL – Av. Conselheiro Julius Arp, nº 80, 2º andar – Centro – Nova Friburgo/RJ – CEP: 28623-000. Respeitando os dias de entrega, de segunda a sexta-feira, nos horários de 09:00h às 16:00h.

5. PRAZOS E CONDIÇÕES DE ENTREGA

5.1. A unidade requisitante entrará em contato diretamente com a contratada para que esta realize a entrega dos produtos no prazo de até 10 dias corridos após o recebimento da Nota de Empenho;

5.2. A entrega deverá ser realizada nos horários e locais descritos no subitem 4.1.1 deste Termo de Referência;

5.3. A falta do produto não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento do objeto deste Termo de Referência, e não eximirá a fornecedora das sanções a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;

5.4. Em hipótese alguma serão aceitos produtos em desacordo com as condições pactuadas, ficando sob responsabilidade da Contratada o controle de qualidade do fornecimento, bem como a repetição, às suas próprias custas, para correção de falhas, visando a apresentação da qualidade e resultados requisitados;

5.5. A contratada ficará sujeita as seguintes condições:

5.5.1. Entregar os produtos contendo, em sua embalagem, a data de fabricação, validade e/ou vida útil;

5.5.2. Seguir programação do órgão requisitante, quanto à data, horário, local e quantidade a serem entregues;

5.5.3. Comprometer-se a dar total garantia quanto à qualidade dos materiais fornecidos, bem como efetuar a substituição imediata, e totalmente às suas expensas, de qualquer produto entregue comprovadamente em desacordo com este Termo de Referência, ou seja, fora das especificações técnicas e padrões de qualidade exigidos.

6. DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

6.1. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei vigente.

7. RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

7.1. Os bens serão recebidos:

7.1.1. Provisoriamente, a partir da entrega, para efeitos de verificação da conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência;

7.1.2. Definitivamente, após verificação da conformidade com as especificações constantes do edital e das propostas. Sua consequente aceitação se dará em até 02 (dois) dias úteis a contar do recebimento provisório;

7.2. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório.

8. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas decorrentes da aquisição do objeto previsto no presente Termo de Referência correrão por conta do elemento de despesa e fonte de recurso abaixo descrito:

8.1.1. Elemento de despesa: 33.90.30.47;

8.1.2. Fonte de recurso: 1600 – SUS;

8.2. Quanto aos Programas de Trabalho, serão utilizados de acordo com as especificações a seguir:

8.2.1. Hospital Municipal Raul Sertã – 30001.10.302.00852.202;

8.2.2. Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro – 30001.10.302.00852.203;

8.3. As notas fiscais deverão ser emitidas em nome do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ: 11.399.442/0001-79 – AVENIDA ALBERTO BRAUNE, Nº 224, SALA 221, CENTRO, NOVA FRIBURGO/RJ, CEP 28613-001.**

9. DA LIQUIDAÇÃO

9.1. A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste

Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 258 de 27 de setembro de 2018 e suas modificações definidas no decreto 313 de 10 de outubro de 2019.

10. DO PAGAMENTO

10.1. O pagamento será efetuado conforme estabelece o Decreto nº 258 de 27 de Setembro de 2018 e suas modificações definidas no decreto 313 de 10 de outubro de 2019, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

10.1.1. Negativa de Débitos Trabalhistas;

10.1.2. Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;

10.1.3. FGTS;

10.1.4. PGE – referente à Dívida Ativa Estadual;

10.1.5. Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;

10.1.6. Estadual CND – referente ao ICMS;

10.2. A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta-Corrente, para que possibilite o **CONTRATANTE** efetuar o pagamento do valor devido;

10.3. Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

11. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

11.1. Não poderão participar da licitação as empresas que estiverem sob falência, recuperação judicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que estejam suspensas de licitar e/ou declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, federal, estadual ou municipal, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito contratar ou licitar com a Administração Pública;

11.2. As empresas em Recuperação Judicial poderão participar do certame desde que demonstrada, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica, o que se dá com a aprovação e homologação do plano de recuperação judicial (art. 58 da Lei n. 11.101/2005);

11.3. Não poderão participar, ainda, os servidores de qualquer órgão ou entidades vinculadas ao Município de Nova Friburgo, bem assim as empresas das quais tais servidores sejam sócios, dirigentes ou responsáveis técnicos;



11.4. A participação do representante legal da empresa far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os atos pertinentes ao certame, em nome do proponente. Em sendo sócio, proprietário dirigente ou assemelhado da empresa proponente deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1. Caberá à Contratante:

12.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

12.1.2. Receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário;

12.1.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

12.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

12.1.5. Efetuar o pagamento no prazo previsto;

12.1.6. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada;

12.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1. Ter capacidade de atendimento da demanda com eficiência, presteza e zelo;

13.2. Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicado pela Contratante, em estrita observância das especificações do Termo de Referência e da proposta, acompanhada da respectiva Nota Fiscal Eletrônica SIMPLIFICADA constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia, quando for o caso, acompanhada das certidões de regularidade fiscal citadas nos **subitens 10.1.1 a 10.1.6;**

13.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº.8.078, de 1990);

13.4. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Contratante, substituir, reparar, corrigir remover, ou reconstruir, as suas expensas, no prazo máximo de 03 dias, o produto com avarias, defeitos ou em desacordo com o Termo de Referência;

13.5. Atender prontamente a quaisquer exigências da Contratante, inerentes ao objeto da presente contratação;

13.6. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou Ata de Registro de Preços;

13.7. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir no cumprimento da obrigação;

13.8. Comunicar à Contratante, no prazo mínimo de 48h (quarenta e oito) horas de antecedência, os motivos que eventualmente impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

13.9. Manter-se, durante toda a execução da obrigação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

13.10. Arcar com ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do 1º parágrafo do art. 57 da Lei nº. 8.666, de 1993;

13.11. A CONTRATADA deverá apresentar os materiais com data de validade de no mínimo 2/3 da validade total do material, na data da entrega na Unidade Requisitante. Na hipótese de absoluta impossibilidade de cumprimento desta condição, devidamente justificada e previamente avaliada pela CONTRATANTE, poderá excepcionalmente, admitir a entrega, obrigando-se o fornecedor, quando acionado, a proceder à imediata substituição, à vista da inviabilidade dos produtos no período de validade.

14. DA SUBCONTRATAÇÃO

14.1. Não será admitida a subcontratação do objeto.

15. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

15.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que seja observada por esta nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos, sejam mantidas as demais cláusulas e condições pactuadas, não haja prejuízo à execução do objeto e haja a anuência expressa da Administração.

16. DA FISCALIZAÇÃO

16.1. O acompanhamento e a fiscalização da contratação serão exercidos por um representante da Contratante, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso dos procedimentos, e de tudo dará ciência à Administração, na forma dos artigos 67 e 73 da Lei nº. 8.666/93.

16.2. Para acompanhamento e fiscalização da entrega dos materiais, ficam designados os agentes públicos abaixo informados:

SERVIDOR	MATRÍCULA	DESIGNAÇÃO
Angela Maria Sardou Charret	062.400	Superior imediato
Bianca Cortela Dutra	062.432	Fiscal Titular
Cristina B. Gomes	209-212	Fiscal Substituto
Igor Faria de Jesus	063.036	Gestor Titular
Higor de Barros Pinto	062.871	Gestor Substituto

16.3. O fiscal da contratação anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a entrega do material, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

16.4. O fiscal designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da entrega do material;

16.5. A verificação da adequada entrega deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência;

16.6. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art.70 da Lei nº. 8.666, de 1993.

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas no Presente Termo de Referência ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na lei 8.666/93;

17.1.1. Comete infração administrativa:

17.1.1.1. Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

17.1.1.2. Apresentar documentação falsa;

17.1.1.3. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

17.1.1.4. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

17.1.1.5. Não manter a proposta;

17.1.1.6. Cometer fraude fiscal;

17.1.1.7. Comportar-se de modo inidôneo;

17.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como Me/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

17.3. Pela inexecução total ou parcial da obrigação poderá a Administração, garantida a ampla defesa, aplicar à empresa, observando a gravidade das faltas cometidas, as seguintes sanções:

17.3.1. Advertência;

17.3.2. Multa de 10% sobre o valor total da contratação;

17.3.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

17.3.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;

17.4. As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado;

17.5. As sanções de advertência e de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração e declaração de idoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas juntamente com a sanção de multa, facultada a defesa prévia de interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis;

17.6. A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666/93;

18. DA RESCISÃO

18.1. O inadimplemento de cláusula estabelecida neste Termo de Referência, bem como na legislação vigente, por parte do fornecedor, assegurará a Secretaria Municipal de Saúde de Nova Friburgo o direito de rescindi-la, mediante notificação, com prova de recebimento;

18.2. Ao Município de Nova Friburgo é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei nº. 8.666/93, aplicando-se, no que couberem, as disposições dos parágrafos primeiro e o segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80.

Nova Friburgo/RJ, 18 de abril de 2023.

Termo de referência elaborado por:

Igor Faria de Jesus
Gestão de Processos, Contratos e Convênios – SMS
Matrícula 063.036

Ratifico o presente Termo de Referência, nos termos da Lei 8.666/93:

NICOLE RIBEIRO LESSA CIPRIANO
Secretária Municipal de Saúde
Matrícula 106.137